

## O/a assistente social na educação: implicações para uma escola inclusiva

Elisete Diogo  
Tatiane Valduga

### **Resumo:**

O Serviço Social desempenha um papel central na intervenção preventiva, assistencial e política na Educação em Portugal. A formação específica do assistente social, as competências especializadas, a metodologia de intervenção e a natureza do trabalho que realiza, tornam-no um profissional privilegiado para agir, numa perspetiva de inclusão escolar e social, em cinco dimensões: aluno, família, instituição, comunidade e política. Mobilizando literatura de referência, nacional e internacional, propõe-se apresentar o papel do assistente social no campo da Educação e as suas contribuições, e ensaia-se implicações para o futuro. Conclui-se que o profissional tece contributos relevantes no combate às desigualdades sociais inscritas na escola, traduzindo-se em um ponto de referência para o desenho e desenvolvimento das políticas educativas e inclusivas. Consagra-se a necessidade do investimento político e de produção de conhecimento científico nestes *locais* de intervenção.

Palavras-chave: Escola Inclusiva, Serviço Social nas Escolas, Educação, Inclusão Social, Prática Profissional.

Página | 49

### **Abstract:**

Social Work performs a central role in preventive, assistance, and political interventions in Education in Portugal. The specific training of a social worker, the competences specialized competences, the intervention methodology and the nature of his/ her work, make him/ her become a privileged professional to act, in an educational and social inclusion' perspective, in five dimensions: student, family, institution (school), community and politics. Mobilizing national and international literature, it is proposed to present the role of a social worker in the field of Education and his/ her contributions, and implications for the future. Conclusions indicate that a social worker comprises relevant contributions against social inequalities registered in schools, becoming a reference for the design and development of educational and inclusive policies. The need for political and academic investment is recommended.

Keywords: Inclusive School, School Social Work, Education, Social Inclusion, Professional Practice.

## 1. Introdução

Legitimamente se assume como um direito de cada criança/ jovem, a educação inclusiva. Uma educação que responda “às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social” (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho<sup>1</sup>). A escola surge como um local marcadamente privilegiado para dar resposta às necessidades dos seus beneficiários.

Conceptualmente, parece não residir dúvida quanto à conexão concertada entre a escola e o assistente social, que, porventura, será de fortalecer. Definindo Serviço Social (aprovação pela Federação Internacional de Assistentes Sociais em 2014), compreende-se a centralidade da coesão social e da promoção da Pessoa, orientada por princípios como a justiça social e os direitos humanos,

O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do Serviço Social nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o Serviço Social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social<sup>2</sup>. (APSS, 2018).

Neste artigo, procuramos compreender a relação entre o Serviço Social e o contexto escolar, o âmbito em que este último pode contribuir para uma escola mais inclusiva.

Destacam-se dimensões como o papel que o assistente social desempenha na educação, assinalando práticas profissionais, competências e estratégias de intervenção. Alia-se a este aspeto, uma visão futura, tecendo implicações para a prática dos assistentes sociais e para as políticas.

Do ponto de vista metodológico, a discussão suporta-se em análise documental, privilegiando a literatura nacional e internacional relativa à temática em apreço, não obstante a escassez de investimento académico verificada no contexto português. A pesquisa bibliográfica foi conduzida com recurso às bases de dados (bibliotecas pessoais e paralelamente digitais particularmente SciELO, ResearchGate, Academia, B-on, Web of Science). A mobilização de palavras-chave em diversas línguas, permitiu um espectro mais amplo.

1 Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06.

2 Tradução portuguesa da definição global de Serviço Social, aprovada pela Assembleia Geral da International Federation of Social Work (IFSW) e pela International Association of Schools of Social Work (IASSW) em julho de 2014. Consultar documento em [http://cdn.ifsw.org/assets/ifsw\\_102510-8.pdf](http://cdn.ifsw.org/assets/ifsw_102510-8.pdf), a partir da página <http://ifsw.org/get-involved/global-definition-of-social-work/>.

## 2. A escola como *local* privilegiado da intervenção social

A família e a escola assumem-se como contextos privilegiados para o desenvolvimento da criança e a descoberta do potencial intrínseco de cada uma. Nesta triangulação, a escola constitui um ponto de encontro entre crianças, famílias, professores, comunidades e políticas.

As escolas têm vindo a trabalhar para incluir os alunos mais excluídos do ponto de vista social. O compromisso com a educação inclusiva sai reforçado, em 2009, com a definição da UNESCO, com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, reafirmado na Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa, em 2015, visando ainda dar cumprimento aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho<sup>3</sup>).

A necessidade de uma escola inclusiva com respostas multidisciplinares não se fundamenta, portanto, somente na perspetiva do que se designava como *necessidades educativas especiais*. O/a assistente social (AS) neste contexto, representa um recurso que visa a inclusão social das crianças mais marginalizadas do ponto de vista económico, social e político, para que participem ativamente na sociedade global (Constable, 2008). Sublinhamos que o Serviço Social preconiza a promoção do bem-estar, a capacitação, o desenvolvimento e a integração das pessoas na sociedade (Sousa e Almeida, 2018). Alvarez, et. al (2013) no seu estudo apresentam resultados sólidos relativamente aos contributos do assistente social para o sucesso escolar de crianças e jovens, o número de assistentes sociais na escola influencia positivamente o número de alunos que completam o ensino secundário, ainda que intervindo simultaneamente sobre a pobreza.

Enquanto espaço social, a escola encerra no seu seio pessoas, culturas, saberes, credos, representações sociais, atravessados por diferentes tensões (como o absentismo e abandono escolares, os maus-tratos, a gravidez indesejada, a diversidade cultural, violência escolar, insucesso), que se cruzam no ambiente escolar e interferem nas relações sociais que ali ocorrem, tornando a escola num microcosmos da sociedade (Sousa e Almeida, 2018; Virões, 2013; Bourdieu, 1998). Os problemas pedagógicos e de indisciplina, muitas vezes entendidos como problemas escolares, são na verdade a revelação de problemas sociais que se potenciam na escola (Amaro, 2000 cit. Almeida e Sousa, 2018).

A evolução das políticas públicas de educação em Portugal nos últimos 20 anos parece significativa em termos de universalidade e de diversificação das respostas (Matos, 2018). Contudo, a massificação da escola pública (Bourdieu, 1998) traduzindo as problemáticas sociais

3 Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06.

emergentes, carece de respostas ajustadas à realidade particular de cada contexto. As políticas de ação afirmativa (Vieira, 2018) traduzem-se no terreno por programas, nomeadamente:

- Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (atual TEIP 3).
- Contratos de Autonomia de Escolas.
- Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC).
- Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF).
- Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE).
- Programa Escolhas.

No quadro da política de educação, a lenta integração do Serviço Social na escola portuguesa, desde os anos 70, começa por dar resposta a carências socioeconómicas de alunos e famílias (Camacho, 2000 cit. Sousa e Almeida, 2018). Integrou ainda equipas de saúde escolar e dos Serviços de Psicologia e Orientação. Porém, a prática do Serviço Social nas escolas data de 1906–1907, através dos serviços das “professoras visitadoras”, em cidades como Nova Iorque (Shaffer & Fisher, 2017).

O papel do/a assistente social na escola tem apresentado um carácter fragmentado, e determinado quer pelo contexto quer pelas políticas. Nesta perspetiva, compreende-se que a qualidade da relação entre o/a profissional e as direções das escolas se revela determinante num contexto em que o papel do/a AS não está normativamente definido (Amaro e Pena, 2018). Nessa linha, a Rede de Investigação e Intervenção do Serviço Social nas Escolas<sup>4</sup> (REDE RiisSE), sediada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, pretende contribuir para uma intervenção mais qualificada.

Mapeando o país, verifica-se um crescente número de assistentes sociais nas escolas, contratados, nomeadamente, pelo Ministério da Educação ou pelas autarquias (Carvalho, 2018), porém representam uma classe profissional quase residual no seio da escola pública, denotando “o desinvestimento na profissão e nos seus objetivos no campo da educação (Mendes e Guadalupe, 2019, p. 62). Alvarez et. al. (2013), na mesma linha, apresentam evidência científica relativamente à necessidade da integração de mais assistentes sociais nas escolas. Com o propósito de apontar um caminho resolutivo, Mendes e Guadalupe (2019), recomendam que as organizações nacionais e internacionais representantes da profissão determinem *standards* e rácios,

Estes resultados interpelam as organizações nacionais e europeias de assistentes sociais a definir recomendações de rácios de estudantes por

---

4 Disponível na página eletrónica: <http://riisse.utad.pt>

assistente social, exigindo um maior investimento nesta área crucial de intervenção social. (Mendes e Guadalupe, 2019, p. 62).

Literatura (Mendes, 2017; Mendes e Guadalupe, 2019) reportando-se a Portugal continental, identifica 112 assistentes sociais num total de 811 de escolas. O rácio assistente social-aluno situa-se em 1: 12.086. Valores que descem para 1: 1.394<sup>5</sup>, analisando especificamente as escolas que contrataram um assistente social. Observa-se que, nomeadamente, no Canadá, a cidade Ontário, apresenta uma média de 4,727 de número de estudantes por assistente social. (Bibby, 2013). E nos Estados Unidos da América, reconhecido país de referência, no âmbito da intervenção do assistente social em instituições escolares, observamos a presença de um AS para cerca de 900 alunos, em média, totalizando 7200 AS a intervir em contexto escolar (Raines, 2013). Contudo, a School Social Work Association of America (SSWAA) (2021) recomenda uma relação de 1: 250 alunos, dependendo das características e necessidades do aluno na população-alvo.

A literatura reconhece, não obstante um rácio assistente social-aluno desproporcional nas instituições escolares, comum a diversos países, os sólidos contributos que este profissional traz ao meio escolar, e consequentemente à sociedade, como é o caso de Espanha,

Página | 53

(...) as contribuições e eficácia que o Serviço Social oferece ao Sistema Educativo Espanhol mostram um importante trabalho de intervenção frente ao desafio de detetar as necessidades de cada época. A sua capacidade de adaptar a sua intervenção aos problemas atuais, bem como a sua capacidade de conhecer em primeira mão a situação das famílias e das pessoas em situação de conflito, representam uma combinação de qualidades que acentuam uma intervenção eficaz e reforço na mediação e resolução de múltiplas problemáticas situações dentro do campo educacional. (Clemente e Viejo, 2017, p. 224).

Reconhecendo os contributos que o assistente social comporta para as escolas, observa-se a existência de governos, como no Reino Unido que apostam na implementação de projetos no âmbito da proteção da criança, conduzindo à abertura de novos postos de trabalho para estes profissionais,

Os assistentes sociais serão colocados nas escolas para ajudar a detetar os sinais de abuso e negligência mais rapidamente e trabalharão com os professores para apoiar crianças em risco (...) Isso inclui £ 6,5 milhões para envolver mais de 150 escolas em um projeto que colocará assistentes sociais nas escolas para trabalhar com o corpo docente, refletindo que a segunda maior fonte de encaminhamentos para serviços sociais infantis são as escolas (18%). (Department for Education e The Rt Hon Gavin Williamson, 2020).

---

<sup>5</sup> No território continental um assistente social por 12.086 alunos, e particularmente nas escolas que têm assistente social, em média existe 1 AS por 1.394 alunos.

### 3. Práticas profissionais: o papel do Serviço Social no cenário escolar

A intervenção do/a assistente social nas escolas inscreve-se num conjunto de dimensões (Amaro e Pena, 2018; Constable, 2008), de considerável abrangência. Compreende-se que a abordagem multinível aparece descrita de forma consistente na literatura (Amaro e Pena, 2018; FIAS, 2014; Raines, 2013; Kelly et al., 2010; Constable, 2008).

Amaro e Pena (2018) centrando-se em cinco dimensões: aluno, família, organização, comunidade e enfoque político, clarificam o papel do profissional em cada uma. Na primeira dimensão, dirigida ao aluno, distinguem-se três níveis: i) a mais abrangente promove a prevenção de comportamentos problemáticos e de comportamentos sociais adequados, por via de ações de sensibilização; ii) o trabalho com grupos mitiga situações de risco (emocional, comportamental, psicossocial); e iii) a intervenção individualizada, baseia-se na gestão de casos e na advocacia da criança/ família.

Na segunda dimensão, respeitante à família, entendida como parceira, a intervenção (intervenção direta e o desenvolvimento de projetos pedagógicos) habilita a família para a função parental e para contribuir para a missão da própria escola. A família consiste num elemento indispensável e parte interessada, à qual a escola terá igualmente de se adaptar, valorizar e respeitar. Nesse sentido, um conjunto de linhas orientadoras são apresentadas:

- Intervir para obter a sua perspetiva do problema.
- Reconhecer e afirmar as forças das famílias.
- Ajudar a família a compreender as expectativas académicas e comportamentais da escola.
- Providenciar informação à família sobre os recursos da comunidade e apoiá-la nessa ligação.
- Dinamizar grupos de pais/ cuidadores sobre diferentes temáticas.
- Organizar eventos (e outros) de divulgação que ajudem a família a conhecer a escola.
- Disponibilizar, à família, informação sobre novas aprendizagens para apoiar as crianças.
- Representar as famílias para terem voz nas decisões sobre a educação das crianças (*advocacy*).

Deste ponto de vista, a relação entre os professores e a família é fundamental, e os assistentes sociais são os facilitadores desse contacto – partilha informações para melhor compreensão da criança e fornece informações à família para reforço das competências académicas em casa (ideia reforçada por Barreiros, 2015).

Na terceira dimensão, que concerne à organização, muitas vezes desenvolvida em articulação com outros profissionais e serviços, o/a assistente social trabalha no planeamento, diagnóstico de necessidades, desenho, implementação, coordenação e avaliação de projetos de intervenção. Numa dinâmica interdisciplinar, o/a AS contribui com o seu saber e olhar para um mesmo fenómeno, submetido ao olhar de diferentes profissionais.

A quarta dimensão refere-se à comunidade. Mobilizando os diferentes membros da comunidade, o agir do/a assistente social segue um trabalho de parceria – um plano de ação para a implementação de serviços. Pretende-se melhorar o desempenho dos estudantes, porém paralelamente apoiar a comunidade na mudança social com respostas aos problemas sociais identificados.

Quanto à quinta dimensão, que traz a questão do enfoque político na prática do/a assistente social, as autoras sublinham a relevância do papel do/a AS em assegurar que as políticas sociais são respostas às necessidades dos cidadãos, promovendo a oportunidade de estes participarem no processo político. O/a assistente social deve participar ativamente no desenho, implementação e avaliação de políticas.

Intentando operacionalizar os níveis focados, ao assistente social no contexto escolar é solicitada a mobilização de um amplo espectro de competências/ funções, que entendemos, seguem em linha com a intervenção desenvolvida em outros *locais*. A Federação Internacional dos Assistentes Sociais (IFSW, 2014), estabelece que os assistentes sociais mobilizam uma gama de competências técnicas, estratégias, princípios e atividades em vários níveis (micro-macro), habilidades e intervenções que incluem práticas generalistas e habilidades de intervenção (Trevithick, 2000).

A tabela 1 sistematiza as categorias, referentes ao contexto escolar, identificadas na literatura (Amaro, 2011; Bibby, 2013; Clemente e Viejo, 2017; Almeida, 2018; Errazu et. al, 2019) destacando-se:

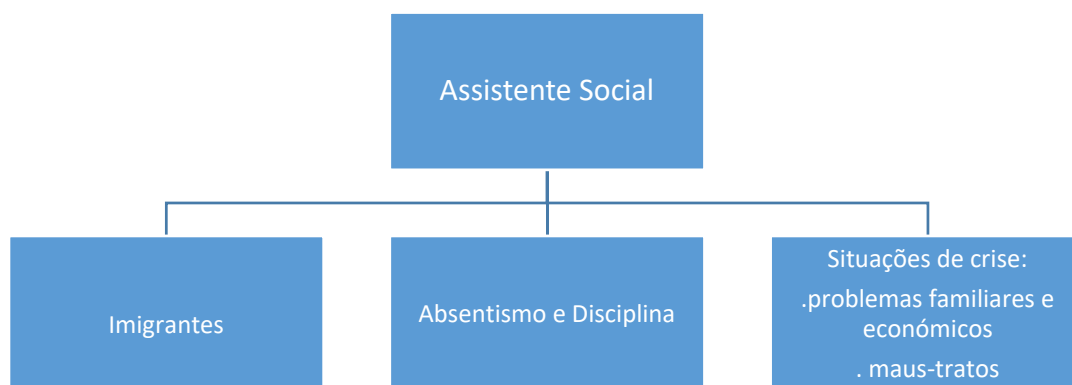
Tabela 1 – Competências/ funções do Assistente Social no âmbito escolar

Competência	Descrição
<b>Apoio social</b>	Apoio psicossocial a alunos e sua família Suporte de material a alunos e sua família
<b>Apoio na aprendizagem</b>	Para os alunos que apresentam dificuldades. Intervenção a três níveis: universal, atingindo todos os alunos; com grupos determinados; e uma intervenção intensiva
<b>Acompanhamento social</b>	Desenvolvimento de acompanhamento personalizado ao aluno e à sua família
<b>Identificação das forças e potencialidades dos alunos</b>	Com o propósito de que os alunos atinjam níveis mais elevados de qualificação académica e profissional
<b>Prevenção de situações e comportamentos de riscos</b>	Prevenção de situações de risco junto da comunidade escolar (absentismo, insucesso escolar, violência, desajuste familiar, bullying, etc.)
<b>Reabilitação</b>	Prática restaurativa e de <i>empowerment</i>
<b>Planificação dos projetos de vida</b>	Com base aos fatores de inclusão (potencializar) – com base nas forças e nas necessidades em contexto familiar, escolar e comunitário
<b>Planos de inclusão</b>	Criação, implementação, acompanhamento e avaliação. Elaboração e desenvolvimento para a efetiva inclusão da <i>educação especiais</i> na cultura, projeto político-pedagógico e quotidiano
<b>Construção de suportes sociais</b>	Fomento de trajetórias educativas/ formativas mais longas e promoção de trajetórias de inserção profissional
<b>Projetos e programas sociais e institucionais</b>	Planeamento; propostas; elaboração; coordenação; execução de ações/implementação, e avaliação de projetos e programas que visem dar contributos ao contexto escolar e comunitário
<b>Trabalho em equipa multidisciplinar</b>	Consulta e suporte. Prestação de esclarecimentos e informações
<b>Realização de diagnóstico social e avaliações</b>	Pesquisas de natureza socioeconómica e familiar; Caracterização da população escolar. Examinação das possibilidades e dos problemas. Avaliação e monitorização.
<b>Articulação e trabalho em rede</b>	Articulação cooperante entre os diferentes intervenientes da educação (formal e informal), e outros atores da comunidade, instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento das necessidades
<b>Facilitador de relações</b>	Facilitar as relações entre escola – família – comunidade
<b>Visitas domiciliárias</b>	Realização de visitas domiciliárias, com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sociofamiliar do aluno e melhor assisti-lo, e encaminhá-lo adequadamente à rede de serviços
<b>Mediação e resolução de conflitos</b>	Recurso fundamental para o contexto escolar para a promoção de um “ambiente saudável”.
<b>Permanência sob orientação</b>	O código deontológico e o projeto ético-político da profissão; base legal da política de educação; e os Direitos Humanos e sociais constantes na legislação portuguesa de 1976 e outras normativas; promoção e defesa intransigente da cidadania, bem como a formação do cidadão são a base para a orientação do trabalho de um assistente social no âmbito educativo



Salvo melhor opinião, as possibilidades a integrar na listagem são de uma tal dimensão que não tendo lugar neste artigo. Porém, não é de somenos importância a consciência de que a intervenção vai para além do tempo de frequência da escola regular, portanto, apresenta uma longa duração, constituindo-se o *follow-up* apresentar-se como um recurso. E ainda a competência de aplicação dos princípios e valores do Serviço Social (Amaro, 211) e a capacidade de resiliência, para responder a situações de crises (Almeida, 2018) e de insegurança.

Diagrama 1 - Responsabilidades específicas do assistente social: alunos mais vulneráveis.



Fonte: elaboração própria baseada em (Barreiros, 2015).

No quotidiano, o/a assistente social na escola assume responsabilidades específicas nomeadamente junto dos alunos mais vulneráveis (Barreiros, 2015), como i) os imigrantes que chegam com carências socioeconómicas e problemas de integração; ii) os alunos com elevados índices de absentismo e ocorrências disciplinares; e iii) a intervenção em situações de crise, de natureza inesperada relacionada com problemas familiares, maus-tratos, dificuldades socioeconómicas, necessitando de acompanhamento e de respostas imediatas (diagrama 1).

Em países como os Estados Unidos da América, o serviço do assistente social na escola encontra-se delimitado e orientado no quadro de um sistema significativamente mais rígido e regulado (Sec. 300.34(c)(14), integrando cinco amplas atividades, (i) Preparar a história social ou do desenvolvimento das crianças com deficiência; (ii) Orientação em grupo e individual à criança e à família; (iii) Trabalhar em equipa com os pais e outros nos problemas vivenciados pela criança (casa, escola e comunidade) que afetem a integração escolar; (iv) Mobilizar os recursos da escola

e da comunidade para proporcionar à criança uma aprendizagem o mais efetiva possível; e (v) Apoiar no desenvolvimento de estratégias para a intervenção condutora do comportamento positivo.

No quadro teórico-metodológico do Serviço Social, os profissionais adotam-se estratégias como a) tutorias, b) assessorias de índole comportamental, c) ocupação lúdico-pedagógica de alunos, d) combate as carências socioeconómicas das famílias, e) apoio material aos alunos (higiene, saúde e alimentação) e f) desenvolvimento de competências sociais na comunidade educativa. Sublinhamos ainda o estabelecimento de laços na comunidade educativa e com o meio envolvente. Estratégias como a prática da mediação constitui recurso fundamental no contexto escolar (Matos, 2018) que, entre outros contributos, estabelece uma estreita relação entre a formação formal e a formação informal, e amplia referências e vivências significativas.

#### **4. Entre o cenário atual e os percursos futuros: que trajetórias**

O futuro da educação em Portugal poderá ficar comprometido num cenário em que a aposta do Estado não caminhe no sentido da implementação de políticas educativas holísticas, preventivas do risco social e promotoras de sucesso escolar e de igualdade (Mendes, 2017). Trata-se de uma política conduzida para a integração de equipas multidisciplinares nas escolas, que incluam, naturalmente, a presença do assistente social em todas as unidades orgânicas. Porém, para a criação de um cenário desta ordem de grandeza, Mendes (2017) aponta a necessidade de afirmação dos assistentes sociais. Para que o Serviço Social, enquanto área do conhecimento científico e profissão da intervenção, se destaque no seu papel, e promova o bem-estar das pessoas, surge como determinante a motivação dos próprios assistentes sociais para “participarem nesse processo, mas também que a sociedade e o Estado estejam recetivos a essa mudança (...) o conhecimento em Serviço Social necessita ser validado pelos agentes sociais relevantes — os cidadãos, a sociedade, as organizações e o Estado — e pelos assistentes sociais” (Carvalho e Pinto, 2015, p. 89).

Neste quadro de reclamação pela renovação, Raines (2013) sublinha que as mudanças na escola ocorrerão lentamente considerando que os assistentes sociais se encontram excessivamente ocupados com os estudantes mais necessitados, sobrando pouco tempo e energia para pensar de modo sistemático relativamente ao que fazem.

Kelly et al. (2010) apresentam um estudo de carácter nacional, aplicado nos Estados Unidos da América, e baseiam-se nos resultados para a indicação de duas dimensões sugestivas para a consolidação do futuro dos assistentes sociais nas escolas. A primeira dimensão remete

para o aumento da visibilidade conduzida pelo reforço da colaboração estabelecida com os docentes. A maioria das sinalizações advém dos professores, e compreende-se o assistente social os apoiam nas situações de estudantes com maior grau de complexidade. Porém, realizam sessões com os professores de forma pouco consistente, e consideram que a formação de professores faz parte das atribuições do seu serviço. A segunda dimensão foca-se na ampliação do seu papel por via das atividades de prevenção. As escolas desenvolvem programas que integram modelos de RTI (Response To Intervention<sup>6</sup>) e PBS (Positive Behavior Support), e o/ AS tem competências para apoiar as equipas, os pais/ EE e os grupos de alunos para fazer face aos problemas, numa abordagem multinível. O pendor segue no sentido de uma elevada pressão para a prevenção e para uma prática de nível macro, por conseguinte, os assistentes sociais com criatividade e recursos suficientes para acolher estas dinâmicas, bem como adaptarem o seu papel profissional, irão prosperar.

Tecendo sugestões para a (“boa”) prática, sublinhamos a implementação de princípios transversais à *praxis* profissional do/a assistente social, destacando o *princípio da intervenção mais igualitária*. Sugere-se a sua materialização por via de atitudes profissionais, particularmente i) evitar utilizar o jargão profissional *doutor*; ii) utilizar vestuário adequado às ocasiões; iii) mostrar abertura e disponibilidade; iv) promover o poder partilhado entre participantes e profissionais; partilhar conhecimentos, técnicas e tarefas em todas as fases dos procedimentos (Healy, 2001, cit. Carvalho, 2018). Raines (2013) descreve medidas subjetivas condutora de um sentimento de sucesso por parte do profissional: o feedback dos não-docentes, pais e alunos; observar as crianças a se reintegrarem na escola e na vida; os sorrisos em vez de caras fechadas; e os abraços dos estudantes.

Por fim, sublinhamos a pertinência da produção de conhecimento científico (Mendes & Guadalupe, 2019; Mendes, 2017; Alvarez et. al, 2013; Bibby, 2013; Amaro, 2011; Kelly, et al, 2010), do estímulo para os AS pensarem sobre as suas práticas (Bibby, 2013) e se envolverem em estudos contribuindo com o seu conhecimento e experiência (Alvarez et. al, 2013). Paralelamente, argumenta-se a importância de publicações acessíveis a interventores sociais, a parceiros privilegiados para a concretização de uma comunidade de aprendizagem, e complementarmente a decisores políticos.

---

<sup>6</sup> Por oposição a um modelo de intervenção “wait-to-fail” (Raines, 2013).

## 5. Considerações Finais

O presente artigo discute um vasto conjunto de questões inerentes ao Serviço Social no âmbito do contexto escolar, reforçando a pertinência da presença do assistente social como recurso para os diversos atores, contribuindo a promoção da inclusão escolar e social.

A prática do/a assistente social em contexto escolar orienta-se para uma educação inclusiva com base na garantia de direitos de cidadania, não obstante os desafios da contemporaneidade colocados à profissão no cenário de transformações societárias. Neste sentido, a promoção e defesa intransigente da cidadania, bem como a formação do cidadão, constituem a tónica da profissão. O assistente social traz contributos importantes no combate às desigualdades sociais inscritas na escola, traduzindo-se um ponto de referência para o desenho e desenvolvimento das políticas educativas e inclusivas.

Valida-se a necessidade do investimento político e de produção de conhecimento científico nestes *locais* de intervenção privilegiado.

## Referências bibliográficas

Página | 60

Almeida, M. S. (2018). Nas transições escola-trabalho. A perspetiva do curso de vida e a intervenção do Serviço Social. In: Almeida, J. L. e Sousa, P. (org.) *Serviço Social na Escola. Contributos para o campo profissional*. V. N. Famalicão. Ed. Humus.

Alvarez, M; Bye, L.; Bryant, R., & Mumm, M. A. (2013). School Social Workers and Educational Outcomes. *Children & schools*. doi: 10.1093/cs/cdt019. National Association of Social Workers.

Amaro, M. I. e Pena, M. J. (2018). “Intervenção do SS em Meio Escolar: da tradição à inovação”. In Carvalho, M. I. (coord.) (2018) *Serviço Social na Escola*. Lisboa: Pactor.

Amaro, S. (2011). *Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional*. Florianópolis. Editora UFSC.

APSS - Associação dos Profissionais de Serviço Social (2018). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. Lisboa.

Barreiros, N. (2015). Serviço Social num Agrupamento de escolas: O olhar do profissional de Serviço Social. In Carvalho, M. I. (coord.) (2015). *Serviço Social com Famílias*. Pactor. Lisboa. Pág 211-224.

Bibby, C. (2013). School Social Work in Canada: An Ontario perspective of current themes and practice. In Wing Chui (2013) (ed.). *School Social Work – Current Practice and Research*. Nova Science Publishers, Inc. p. 93-122. ISBN: 978-1-62808-334-7.

Bourdieu, P. (1998). A escola conservadora. As desigualdades frente à escola e à cultura. *Escritos de Educação*. Petropolis. Ed. Vozes.

Carvalho, M. I. & Pinto, C. (2015). Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. *Serviço Social & Sociedade*, n. 121, p. 66-94, jan./mar. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.014>.

Carvalho, M. I. (2018). “Sistema Educativo e Serviço Social nas Escolas: Breve introdução”. In Carvalho, M. I. (coord.) (2018) *Serviço Social na Escola*. Lisboa: Pactor.

Clemente, C. e Viejo, J. (2017). El trabajo social en el entorno educativo español. *Barataria. Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales*, núm. 22, pp. 215-226, 2017. <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3221/322153762013/html/index.html>

Constable, R. (2008). “The Role of the School Social Worker” in Massat, C.; Kelly, M. e Constable, R. (coord.) (2008) *School Social Work, Practice, Policy and Research*. New York: Oxford University Press.

Department for Education e The Rt Hon Gavin Williamson (22 de maio de 2020). Social workers to work with teachers in schools. £6.5 million to put social workers in schools to support children at risk. Government UK. <https://www.gov.uk/government/news/social-workers-to-work-with-teachers-in-schools>

Errazu, D.; Romea, Ana; e Pescador, A. (2019). Análisis de las funciones del trabajador social escolar en España: evolución legislativa y niveles de intervención. *Acciones e Investigaciones Sociales*. ISSN: 1132-192X, Núm. 40 (2019). Págs. 9 a 26. [https://doi.org/10.26754/ojs\\_ais/ais.2019404194](https://doi.org/10.26754/ojs_ais/ais.2019404194).

IFSW- International Federation of Social Workers. (2014). Global Definition of the Social Work. <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>

Página | 61

Kelly, M.; Berzin, S.; Frey, A.; Alvarez, M.; Shaffer, G.; O’Brien, K. (2010). The State of School Social Work: Findings from the National School Social Work Survey. *School Mental Health*, 2:132–141 DOI 10.1007/s12310-010-9034-5.

Matos, F. (2018). “A mediação como instrumento de Promoção do Sucesso Escolar”. In Carvalho, M.I. (coord.). *Serviço Social na Escola*. Lisboa: Pactor. Pág. 17-24.

Mendes, S. (2017). A Inserção Profissional de Assistentes Sociais na Escola Pública em Portugal Continental. Dissertação de mestrado. Instituto Miguel Torga. Disponível em <http://dspace.ismt.pt/bitstream/123456789/732/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20Sara%20Mendes.pdf>.

Mendes, S. e Guadalupe, S. (2019). Social Work in Public Schools: Ratios of students per social worker in Portugal. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social* 2019 Vol. 5 (1): 61-71

Raines, J. (2013). A Global View of School Social Work in the United States. In Wing Chui (2013) (ed.). *School Social Work – Current Practice and Research*. Nova Science Publishers, Inc. p. 123-151. ISBN: 978-1-62808-334-7.

School Social Work Association of America (SSWAA). (2021). National School Social Work Practice Model. Improving academic and behavioral outcomes. <https://www.sswaa.org/copy-of-school-social-worker-evalua-1>

Shaffer, G. & Fisher, R. (2017). History of School Social Work. in L. Sosa, T. Cox & M. Alvarez (eds.) (2017). *School Social Work - National Perspectives on Practice in Schools*. Oxford University Press.

Sousa, P. e Almeida, J. L. (2018). A Intervenção do Serviço Social nas Escolas. In: Almeida, J. L. e Sousa, P. (org.) (2018) *Serviço Social na Escola - Contributos para o campo profissional*. V. N. Famalicão. Ed. Humus. Pág. 187-200.

Trevithick, P. (2000). Social work skills. A practice handbook. Philadelphia: Open University Press.  
<https://momentumsolutionsteam.com/catholiccharitiesLA/wp-content/uploads/Social-Work-Skills.pdf>

Vieira, A. (2018). Da territorialização das políticas educativas: incursão histórica e comparada de intervenções sociopedagógicas. In: Almeida, J. L. e Sousa, P. (org.) (2018) *Serviço Social na Escola. Contributos para o campo profissional*. V. N. Famalicão. Ed. Humus.

Virões, M. B. (2013). O papel da escola na educação de valores. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação. Lisboa. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

**Elisete Diogo**

[elisetediogo@ipportalegre.pt](mailto:elisetediogo@ipportalegre.pt)

**Instituto Politécnico de Portalegre**

ORCID ID: 0000-0002-5303-8585

Ciência Vitae ID: 3D16-5F3F-DD07

Assistente social, professora adjunta e coordenadora da licenciatura em Serviço Social pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre. Doutorada em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa.

Investigadora pelo Católica Research Centre for Individual, Family and Social Wellbeing, com interesses nomeadamente no Acolhimento Familiar de Crianças. Coordenadora do projeto Ir Além – A Inclusão Social de NPT e o Desenvolvimento de Territórios de Baixa Densidade (2020-2022) cofinanciado pelo FAMI.

**Tatiane Valduga**

[tlvaa@ipportalegre.pt](mailto:tlvaa@ipportalegre.pt)

**Instituto Politécnico de Portalegre**

Orcid - 0000-0001-6283-9117

Ciência Vitae ID: 0E17-AD3B-93BB

Assistente social, professora adjunta do Curso de Serviço Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP).

Doutora em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil). Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). Investigadora do projeto Ir Além – A Inclusão Social de NPT e o Desenvolvimento de Territórios de Baixa Densidade (2020-2022) cofinanciado pelo FAMI.